

MEMÓRIAS E VOZES DO CÁRCERE

Rodrigo Jorge

RESUMO

Em *Memórias do cárcere*, as reminiscências do outro na forma oral servem como “apontamentos” a Graciliano Ramos, funcionando como elemento testemunhal, tanto daquele que presencia e conta o fato quanto do memorialista, que o escuta e o reconfigura dentro da perspectiva de sua narração.

PALAVRAS-CHAVE: *Memórias do cárcere*; Graciliano Ramos; testemunho oral.

Para Euridice Figueiredo

No canto VIII da *Odisseia*, o multiastuto Odisseu, após o naufrágio, é recebido pelo povo da Feácia e seu governante, o rei Alcínoo. Farto banquete e disputas atléticas marcam a recepção do hóspede, mas é a chegada de Demódoco que torna o encontro singular. Exortado pelos feácios, o aedo inicia seu canto. A fidelidade das histórias narradas surpreende e perturba Odisseu, pois eram compostas de detalhes que só quem as viveu ou testemunhou poderia ter.

Louvo-te muito acima dos demais mortais:
filha de Zeus, a Musa, te instruiu? Apolo?
Cantas num cosmo de beleza a sina argiva,
quanto fizeram, padeceram e amargaram,
como se lá estiveras ou de alguém souberas.
(HOMERO, 2011, p. 245; Canto VIII, 485-497)

Demódoco era cego. Quando amado pelas Musas, inspiradoras das ciências e das artes, teve por elas os olhos arrancados, recebendo em troca o dom do canto. Narrava, portanto, apenas o que ouvia. Nada sabia dos acontecimentos além dos fios de fatos que chegavam aos seus ouvidos. Inspirado por sua arte, tramava o tecido das narrativas com cada um desses fios, dando inteligibilidade e sensibilidade necessárias à fruição das canções. Somente o poeta, o artista, é capaz de despertar os sentidos que os fatos provocaram por meio das palavras que os reconstituem. Demódoco provoca o pranto em Odisseu ao narrar fielmente os eventos por este atravessados.

Na escrita de memórias a partir de fatores testemunhais, o narrador que se embrenha pelos caminhos difíceis da recordação é como o bardo cego tateando os pedaços de realidade que chegam aos seus ouvidos. Conjugando à experiência individual, o narrador reúne outras experiências, extraíndo de cada uma delas seu tom peculiar e inconfundível, o que transforma a natureza do relato. A história de um indivíduo tanto é a dele mesmo quanto a da sua relação com outros indivíduos, assim como não há testemunho apenas a partir do que se vê, mas também do que se ouve, confirmando ou acrescentando um novo elemento à história.

Escavando o cerne etimológico do conceito de testemunho, Márcio Seligmann-Silva, no artigo “Testemunho e a política da memória”, faz uma busca nos estudos de Émile Benveniste. De acordo com o linguista francês, testemunho e testemunha, desde a Antiguidade, são vinculados à visão. *Témoin*, que significa “o que vê”, aproxima-se mais da historiografia ou da cena jurídica. Neste sentido, vem também de *terstis*, “terceiro”, como elemento para uma decisão judicial, o que assiste, vê, uma dada situação envolvendo dois indivíduos. Ainda lendo Benveniste, Seligmann prefere um parentesco semântico de *terstis*, que é o *superstes*, “sobrevivente”, aquele que, por ainda estar mantido no fato vivido, “habita na clausura de um acontecimento extremo que o aproximou da morte” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p.81). Por isso, o paradigma do *superstes* é mais auricular e, portanto, aberto “aos testemunhos e também ao próprio evento do testemunhar” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p.81). Diferente da visualidade do modelo do *terstis*, que acredita no trânsito entre o fato e o que se conta do fato, no *superstes*, a audição como centro do testemunho surge pela constatação da impossibilidade da palavra face à experiência-limite.

Para Walter Benjamin, em texto bastante citado nos estudos literários e culturais, as catástrofes experienciadas pelos combatentes destruíram a possibilidade de narrar, de transmitir a *Efabrung*, de compartilhar palavras que tenham algum sentido. A selvageria bélica, e também politico-econômica, es-tilhaçaram o pouco de sentido que os homens carregavam dentro de si antes de pisarem num campo de batalha. No entanto, não aconteceu exatamente como profetizado pelo filósofo alemão. O despedaçamento do sujeito e de sua experiência trouxe a mudez, sim, mas não extinguiu a expressão resultante dessa mudez, que também é fala. Diante da impossibilidade de esquecer o sofrimento e de não falar dele, apesar de se querer o contrário disto, o testemunho surge como reconfiguração do ato de narrar a experiência. Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Mikhail Bakhtin analisa o signo como produtor de significado a partir da interação social, com isso, na mudança operada nos elementos semiológicos do discurso de um dos interlocutores, a expressão e o conteúdo também mudam:

É verdade que, exteriorizando-se, o conteúdo interior muda de aspecto, pois é obrigado a apropriar-se do material exterior, que dispõe de suas próprias regras, estranhas ao pensamento interior. No curso do processo de dominar o material, de submetê-lo, de transformá-lo em meio obediente, da expressão, o conteúdo da atividade verbal a exprimir muda de natureza e é forçado a um certo compromisso. (BAKHTIN, 2006, p.113)

Este compromisso de que fala o linguista russo, no caso das narrativas testemunhais, não tem a ver com uma fidelidade ao fato a ser descrito, mas com as marcas por este provocadas, já que, em vez de um discurso exato, preciso, o que se busca é um discurso *legítimo*. Dito desta maneira, “legítimo” pode parecer um termo vago, então, esclareceremos a pertinência de seu uso. Como a narração da experiência está relacionada ao corpo e à voz, todo discurso que atravessa as condições deste corpo é contaminado pelas impressões do presente da enunciação acerca do enunciado a ser descrito. Com isto, o discurso engendrado surge a partir dessa travessia entre passado e presente, cada vez mais reversível durante o processo de escrita, o que torna diluída, em algumas obras, a fronteira entre fato e ficção. O discurso adquire legitimidade

ao estabelecer as regras de funcionamento de sua engrenagem e as assume. Entretanto, não basta legislar, aplicar regras convenientemente. O cumprimento, ou a tentativa de alcançar o máximo de cumprimento de tais regras, confere legitimidade ao dispositivo estabelecido no interior do discurso, validado pela experiência, suas margens, passagens, pontes e lacunas. Interessante notar que um dos componentes etimológicos da palavra “experiência”, *peri*, é também formador da palavra “perigo”, e que significa “travessia”, “em torno de”, “através de”. Narrar a experiência de si e do outro é como a travessia perigosa numa ponte prestes a ruir.

Então, de quem é a voz que fala, sussurra, berra ou emudece? Na reconstituição da experiência do “eu” nas condições de dor e sofrimento, um coro confuso e destoante contribui para entrelaçar os fios soltos do tempo. Como já dito num dos primeiros parágrafos deste artigo, a história de um passa por outros, tanto no sentido da retomada das cenas em que o indivíduo se encontra no passado quanto na corroboração destas cenas. Ecléa Bosi chama a atenção para este caráter coletivo da memória: “É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros” (1994, p.407). Quando estas outras vozes assomam eivadas pelo que foi vivido em situações-limite, o recolhimento dos fragmentos é bem mais problemático. Não é como sentar num círculo de amigos de longa data e recompor, com informações e confirmações de cada um, os quadros de um período qualquer envolvendo esse grupo. Maurice Blanchot, quanto à dimensão coletiva da experiência, percebe que, no sofrimento comum, há uma dessemelhança infinita, uma igualdade sem nada de igual (2007, p.143). Mas quem dá o sentido ao emaranhado de vozes é a voz de quem relata: “Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p.411).

Partindo das questões expostas até aqui, analisaremos algumas passagens de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, tomando, como objeto de nossa reflexão, a oralidade das “reminiscências alheias” como elemento basilar de fatores testemunhais utilizados na construção do texto. Apesar da oralidade estar relacionada ao paradigma do *superstes*, que é auricular, há a presença também do *tertis* na reconfiguração da cena, devido a duas condições essenciais na escrita de memórias: a sinceridade e a lucidez. Ser sincero no sentido de ser

legítimo, como comentado mais acima, e esta condição tem no mecanismo do *superstes* sua fonte. Quanto ao paradigma visual do *terstis*, a lucidez contribui para ponderar as cenas descritas, pois permite o distanciamento necessário para a avaliação do passado. O memorialista é o encontro entre Demódoco e Odisseu, a narração e a experiência, a intensidade do relato e a distância do relatar. Por isso, há uma certa indissociabilidade entre os dois paradigmas apontados por Seligmann.

Vozes, notas e versões de uma experiência

Memórias do cárcere é o relato de Graciliano Ramos sobre as prisões de 1936. Na verdade, é bem mais do que o relato dessas prisões: é o relato dos prisioneiros. A ambiguidade da contração de preposição com artigo “dos” aqui é proposital e pertinente. O sentido bifurca-se em “sobre os prisioneiros” e “pelos prisioneiros”. No primeiro caso, porque é uma narração conduzida por Graciliano acerca dos indivíduos com quem conviveu na cadeia. Já no segundo, é por conta da construção da narrativa ser dada pelo entrelaçamento das vozes do outro com a do sujeito da enunciação, o escritor-memorialista, que, em muitos casos, parte da memória da experiência que lhe contaram.

No primeiro capítulo do livro, espécie de “capítulo-prefácio”, o escritor alagoano expõe as razões que o fizeram hesitar e, por fim, decidir sobre a escrita de suas memórias. Uma das principais razões é a perda das notas tomadas ao longo dos meses de prisão. Acompanhamos os momentos de redação e comentários dessas notas por todo o livro. O extravio aconteceu, segundo Graciliano, numa situação em que se viu obrigado a se livrar delas. Nas notas, descrições minuciosas sobre o cotidiano, as pessoas e as condições impostas no ano terrível, como um diário. Sem esses apontamentos, feitos justamente com a intenção de escrever algo a partir deles, Graciliano não teve inicialmente ânimo de recompor apenas as lembranças daquelas histórias, ainda que, logo após a soltura, revelasse, em carta à esposa Heloísa, de 1º de março de 1937, a vontade de escrever uma obra de ficção com as experiências vividas na cadeia:

Apesar de tudo não me sai da cabeça a idéia de escrever essa história comprida que você sabe, em quatro volumes. Penso naquela gente que vi o ano passado, uns tipos ótimos. Falei no

projeto a alguns conhecidos daqui, excelente projeto na opinião deles, está claro. Tudo é excelente. Se me arranjar aqui, farei o romance em dois anos. (RAMOS, 1994, p. 182)

A ideia do livro permaneceu em sua mente por quase dez anos depois de sair da cadeia. À medida que o tempo passava, escrever sobre os meses de horror vividos no cárcere ia tornando-se tarefa cada vez mais difícil. O alargamento do próprio tempo foi como lâmina de dois gumes, tanto contribuiu para embotar a vontade de escrever sobre os acontecimentos vividos quanto deu lucidez necessária para falar sobre eles. Entretanto, num primeiro momento, a falta dos apontamentos serviu de empecilho para a realização da obra: “Não conservo notas: algumas que tomei foram inutilizadas, e assim com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível, redigir esta narrativa.” (RAMOS, 2008, p.11).

Sem as notas, restaram apenas as recordações pessoais e as de outros. Graciliano Ramos então recorre aos fatos que vão sendo lembrados pelos seus companheiros de cela, que o exortaram por muito tempo para a realização do livro. O processo de rememoração do vivido resulta, em *Memórias do cárcere*, antes da reconstituição das pessoas, o que estas viveram ou o que ele, o escritor, viveu com elas nos meses de prisão.

Muitos desses antigos companheiros distanciaram-se, apagaram-se. Outros permaneceram junto a mim, ou vão reaparecendo ao cabo de longa ausência, alteram-se, completam-se, avivam recordações meio confusas – e não vejo inconveniência em mostrá-los. Alguns reclamam a tarefa, consideram-na dever, oferecem dados, relembram figuras desaparecidas, espicaçam-me por todos os meios. (RAMOS, 2008, p.13)

Apesar dos dez anos passados, o tempo é ainda recente, muitas figuras ainda estão vivas, o que pode ser positivo, porque existe a chance de buscar nelas fontes de outras lembranças, como pode não ser, face ao caráter ético em exibí-las num livro de memórias. Sem as notas, o memorialista sente-se mais livre para narrar os eventos: “Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, ver-me-ia propenso a consultá-lo a cada

instante, mortificar-me-ia por dizer com rigor a hora exata de uma partida.” (RAMOS, 2008, p.14). Porém, a vantagem de não estar preso ao material escrito torna a tarefa mais penosa, já que não se trata de uma obra de ficção.

Define-se o ambiente, as figuras se delineiam, vacilantes, ganham relevo, a ação começa. Com esforço desesperado arrancamos de cenas confusas alguns fragmentos. Dúvidas terríveis nos assaltam. De que modo reagiram os caracteres em determinadas circunstâncias? O ato que nos ocorre, nítido, irrecusável, terá sido realmente praticado? Não será incongruência? Certo a vida é cheia de incongruências, mas estaremos seguros de não nos haveremos enganado? (RAMOS, 2008, p. 15)

Então, o memorialista apresenta uma saída para as indagações a respeito das incongruências inevitáveis da memória: “Nessas vacilações dolorosas, à vezes necessitamos confirmação, apelamos para reminiscências alheias, convencemo-nos de que a minúcia discrepante não é ilusão” (RAMOS, 2008, p.15). Os apontamentos utilizados pelo memorialista passam a ser as versões orais dos companheiros, cada um com uma perspectiva, uma história, uma maneira particular de enxergar determinada lembrança. Estas outras memórias são como “notas vivas”, cambiantes, permutáveis, instáveis. No papel, o escritor tem os dados que ele mesmo registrou, marcados na folha por tinta ou grafite, com letras e palavras que dizem apenas o que dizem, fixas, sem recuo, dúvida ou hesitação. As notas escritas são apenas o que são. Nas “notas vivas”, a oralidade carrega uma série de outros dados para além das descrições. Desde o tom de voz até as supressões conscientes ou inconscientes de alguns dados vão tecendo uma textura complexa de semiose quase ilimitada, corrente inesgotável de significações. Não obstante, o memorialista toma para si a versão dessas versões, que é o livro de memórias, sua impressão particular sobre o que foi lembrado:

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje impressão de realidade. (RAMOS, 2008, p. 15)

Graciliano, ao reconstituir o passado da prisão a partir do outro, seja sobre ou por este, busca “uma verdade expressa de relance nas fisionomias”. Não a verdade no sentido moral, dogmático, de descrição objetiva que não admite indagação, mas o que está no interior da humanidade de cada indivíduo. Podemos pensar em *aletheia*, na concepção heideggeriana, que é a verdade como desvelamento. Analisando etimologicamente, *aletheia* (ἀλήθεια) é palavra oposta a *lethe* (λήθη), que significa “ocultação”, “esquecimento”, e é também o nome de um dos rios do Hades do qual a deusa da memória Mnemósine é responsável por livrar os homens. Neste sentido, a verdade buscada pelo memorialista resulta da resistência ao esquecimento e ao preconceito engessador, como quem rema contra o fluxo do rio Lete. Ir além das aparências, da superfície que oculta a verdade sobre aquela gente.

Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos. Foram apenas bons propósitos: devo ter-me revelado com frequência egoísta e mesquinho. E esse desabrochar de sentimentos mais era a pior tortura que nos podiam infligir naquele ano terrível. (RAMOS, 2008, p. 15)

É no ato da escrita que o memorialista penetra na alma desses homens, pois, dado o distanciamento que o tempo alargado proporciona, passa a ter a lucidez necessária para avaliar o outro e, através deste, a si mesmo. Por isso, *Memórias do cárcere* está além de mera reconstrução de um período de violência e opressão atravessado pelo país. É a revisão de um homem, um intelectual, um escritor por meio do exame do procedimento alheio. O outro, que sempre lhe surgiu estranho e distante, passa a ser fascinante e, muitas vezes, até mais próximo. No episódio em que relata uma conversa com capitão Lobo, de quem se tornara grande amigo depois de solto, afirma a necessidade da confirmação do militar, anos depois, para que lembrasse do caso a ser narrado em seguida:

Ao cabo de alguns minutos, a conversa findou com uma proposta que me assombrou, ainda me enche de espanto. Não a mencionaria se, anos atrás, num encontro inesperado, o ho-

mem estranho, já coronel grisalho, não a confirmasse, vago e indiferente, enquanto me censurava por me haverem fugido da memória as roupas de cama e as toalhas. Sem esse depoimento, não me abalçaria a narrar o caso singular. (RAMOS, 2008, p. 87-88)

É importante destacar a ojeriza de Graciliano aos militares por pura convicção e preconceito, como o próprio escritor admite em várias passagens do livro. Sua aproximação de um oficial militar é curiosa. Na reconstituição, o memorialista apresenta a verdade desvelada pelo gesto incompreensível do outro. Então, passa a entender a humanidade além da farda e da instituição, estes sim, símbolos do que o escritor efetivamente repudiava no sistema vigente. Capitão Lobo oferecer um empréstimo sem prazo e valor específicos, e este gesto gratuito de solidariedade vindo de um militar, membro da instituição que o aprisionava e reprimia, causava assombro ao escritor, que buscava em seu íntimo alguma explicação para o caso.

Isto me causava dolorosa surpresa: chocava exames anteriores, contradizia opiniões firmes – e experimentei uma sensação molesta, devo ter involuntariamente malsinado a criatura que me abalava. Era possível então alguém proceder de tal maneira? Por quê? Não conseguia orientar-me, agarrar um móvel qualquer, justificar o disparate. (RAMOS, 2008, p. 90)

A partir da observação do comportamento singular do outro, o memorialista avalia a si mesmo em semelhante caso: “Razoável, normal, não me comportaria nunca de tal modo. Não me comportaria? Nem sequer imaginava que alguém pudesse ter aquele procedimento” (RAMOS, 2008, p.90-91). Quando reúne sua experiência com a recordada pelo outro, o passado é reconfigurado em novos sentidos. As tensões com os diferentes registros sobre um mesmo evento e as condições de sofrimento em que ocorreram abrem possibilidades de repensar a posição do escritor sobre certas convicções, assumindo generalizações e preconceitos. Mas é somente pela confluência de outras vezes no presente da enunciação, ou seja, no ato da escrita, que o entendimento assoma. “É pela reconstrução do ponto de fricção de sua experiência no mundo,

por sua recorrente inscrição na subjetividade, que o sujeito poderá caminhar, mais ou menos bem sucedido, para a liberação de novas significações” (FROCHTENGARTEN, 2013).

Com isso, o elemento testemunhal, apesar de assumido pelo memoriaalista, não pode ser uma visão unívoca, mas também não é um recolhimento de diversas opiniões. Ao contrário, é a posição de Graciliano sobre “aquela gente” e sobre os males que, com elas, foi obrigado a sofrer. O fluxo da oralidade discursiva das várias vozes que sussurram, berram ou ecoam, é estreitado pelas margens das palavras, embora jamais, por elas, limitado.

MEMORIES AND VOICES OF JAIL

ABSTRACT

In *Memórias do cárcere* (*Memories of jail*), the reminiscences of other orally serve as “notes” to Graciliano Ramos by acting as a testimonial factor, that both the presence and regard the fact as the memoirist, who listens and reconfigures the perspective of his narration.

KEYWORDS: *Memórias do cárcere*; Graciliano Ramos; oral testimony.

Recebido em 25/03/14

Aprovado em 09/07/14